



# 6

## OUVINDO A CRIANÇA

*"Às vezes eu sinto que o mundo quer que eu cresça mais depressa. Eu sinto que as pessoas não respeitam o que eu digo ou o que tenho para dar por causa da minha idade."*

Mikki Sanchez-Hood, 15 anos, Canadá

A transição do ponto em que nos encontramos hoje para um mundo onde as opiniões das crianças serão levadas em consideração não se faz da noite para o dia. Como todas as transições intelectuais, trata-se de um processo que depende de aquisição de novos conhecimentos, aumento da compreensão e superação de medos e resistências. E à medida que se desenvolve o indispensável trabalho intelectual, e que novas compreensões são colocadas em prática, são necessárias novas habilidades por parte de todos os envolvidos – crianças e adultos, famílias, comunidades, cidades e organizações.

### Famílias

Uma vez que a família é o primeiro local onde a criança aprende a participar, é também o fórum ideal onde a criança pode aprender a expressar suas opiniões sem deixar de respeitar as perspectivas dos outros. Como aconselha o Comitê sobre os Direitos da Criança em uma de suas primeiras sessões: "Tradicionalmente, a criança tem sido vista como um membro da família dependente, invisível e passivo. Só recentemente a criança passou a 'ser vista', e... o movimento

avança no sentido de lhe dar espaço para que seja ouvida e respeitada... Por outro lado, a família torna-se a estrutura ideal para o primeiro estágio da experiência democrática para cada um e para todos estes membros individuais, inclusive a criança."<sup>51</sup>

Entretanto, a tarefa que se coloca aos pais e à família ampliada não é fácil, uma vez que eles compartilham responsabilidades com relação tanto ao apoio à participação da criança quanto a sua proteção e orientação. Diariamente, e aos poucos, colocam em prática o Artigo 5 da Convenção sobre os Direitos da Criança, no processo de avaliar as 'capacidades em evolução' de seus filhos (embora normalmente não usem esses termos para descrever suas decisões). Reconhecendo o papel crítico e vital das famílias, muitas organizações desenvolveram programas e campanhas de defesa que apóiam pais e famílias nesses esforços. Por exemplo, o Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe desenvolveu um conjunto de diretrizes de políticas para trabalhar com adolescentes que pede que políticas públicas fortaleçam as famílias de diversas maneiras:

*Em Burquina Fasso, Krifilité Da, de 16 anos, encontrou casualmente, na estrada, estes dois meninos, que se sentem pouco à vontade diante de sua câmera.*

Burquina Fasso/"Imagine – suas fotos podem abrir meus olhos"/GTZ/2002

1. Econômica e materialmente, em particular com relação a emprego, renda, remuneração, habitação, educação e saúde;
2. Com programas comunitários que permitam que a comunidade proteja a criança em casos de risco ou de necessidade familiar;
3. Com programas de bolsas de estudo, de modo que as famílias possam colocar e manter seus filhos na escola;
4. Estimulando a responsabilidade dos pais, inclusive o reconhecimento legal da paternidade por parte dos homens, o envolvimento ativo do pai na criação e na educação de seus filhos, e uma visão mais positiva da masculinidade;
5. Estimulando modelos e práticas culturais baseados na igualdade e na responsabilidade partilhada, em vez de outros que reforçam a discriminação de gênero;
6. Por meio da aplicação de leis e programas que combatam a violência doméstica, juntamente com treinamento em direitos da mulher e da criança, prevenção de violência e resolução pacífica de conflitos e diferenças;
7. Pela aplicação de leis que eliminem práticas sociais abusivas de crianças e adolescentes;
8. Oferecendo programas de habilidades para desempenhar os papéis de pai e mãe.<sup>52</sup>

## Organizações que ouvem a criança

Assim como tradicionalmente os pais assumem que sabem o que é melhor para seus filhos e filhas, as agências e autoridades que trabalham em favor da criança também tendem a adotar a mesma postura, sem considerar o que os beneficiários de 'seus' projetos têm a dizer. Os resultados podem ser desastrosos. No Reino Unido, por exemplo, as décadas de 80 e 90 testemunharam uma série de inquéritos públicos documentando abusos físicos e sexuais sistemáticos de funcionários em abrigos de crianças, instituições

criadas para proteger as crianças de danos em suas próprias famílias. Uma das lições básicas desses inquéritos foi a percepção de que abusos tão amplamente disseminados ocorreram porque as crianças envolvidas não foram ouvidas: quando reclamaram, os responsáveis pela instituição não acreditaram nelas, e essas crianças ficaram expostas a novos abusos, punitivos.<sup>53</sup>

O outro lado desta moeda é que quando programas e políticas levam em conta as perspectivas das crianças desde o início podem produzir melhores resultados para todos os envolvidos. Um caso ilustrativo ocorreu em Christchurch, na Nova Zelândia. A autoridade local propôs um limite de velocidade de 60km/h para uma autoestrada com seis pistas que passava na frente de uma escola de ensino primário, e achou que havia sido feita uma consulta adequada à comunidade local. No entanto, Christchurch é uma comunidade incomum, contando desde 1997 com sua própria Defensoria Infantil, que chamou a atenção para o fato de que as crianças da escola não haviam sido consultadas. As crianças argumentaram que o novo limite era alto demais, e que 40km/h seria um limite mais seguro, não só para elas, mas também para os cidadãos idosos que viviam na área. Foi feito então um teste com a velocidade mais baixa, com a instalação de sinais luminosos indicando aos motoristas que estavam se aproximando de uma escola. A providência teve tal sucesso que passou a ser, desde então, um padrão de planejamento em todo o país.<sup>54</sup> Agora o Governo da Nova Zelândia está tentando colocar os interesses da criança no centro dos processos nacionais de tomada de decisão. Sua Agenda para a Criança, com sete pontos, inclui maiores oportunidades para levar em conta a opinião das crianças nos processos de tomada de decisão no governo e na comunidade.<sup>55</sup>

Na Indonésia, a experiência do PLAN também foi transformada por meio da consulta às crianças. A organização achava que tinha feito um bom trabalho no vilarejo de Padi: tinha conversado com o comitê do vilarejo sobre suas necessidades, tinha construído uma estrada e latrinas, e tinha reformado o prédio da escola e a clínica. Os líderes da comunidade mostraram-se satisfeitos.

Entretanto, restaram dúvidas sobre se o trabalho havia atendido aos mais pobres dos pobres, que viviam na parte montanhosa da cidade, distante das estradas e do novo sistema de abastecimento de água. Assim sendo, quando vieram realizar o trabalho em Kebonsari, o vilarejo vizinho, começaram de forma diferente – consultando 150 crianças em idade escolar e usando um grupo de artistas local. As crianças insistiram em que o PLAN deveria começar trabalhando com as crianças mais necessitadas – aquelas cujos pais haviam migrado em busca de trabalho ou que não possuíam terras. Reclamaram que apanhavam em

casa e na escola. Deram início a uma petição para melhorar as condições de uma ponte perigosa, e conseguiram a promessa do chefe do distrito de que o trabalho seria feito. Queriam bombas de água instaladas de modo que as meninas tivessem mais tempo para estudar, sem ter que caminhar longas distâncias para buscar água.

As lições aplicadas em Kebonsari – que mostram que se agrega valor quando as crianças são envolvidas desde o início – constituem a base de programas PLAN na Indonésia. Além disso, em uma cultura que espera que as crianças sejam diferentes dos mais velhos, agora grupos de crianças estão envolvidos em bibliotecas rurais, em pequenos projetos de geração de renda, na edição de suas próprias revistas, em programas de saúde infantil e gerenciamento de lixo.<sup>56</sup>

A consulta a crianças não será fácil em culturas e contextos onde a expectativa geral ainda é que elas sejam vistas, mas não ouvidas. Entretanto, no caso do trabalho do PLAN na Indonésia, uma razão fundamental pela qual a prática vem ganhando terreno é que, quando as necessidades das crianças são genuinamente levadas em consideração, os resultados tendem a gerar melhorias para a comunidade como um todo. Por exemplo, as ruas mais seguras e os ambientes mais limpos que as crianças freqüentemente solicitam não trazem benefícios apenas para elas, mas também para a grande maioria dos adultos.

Consultar crianças como grupo – nos níveis regional, nacional ou mesmo internacional – também pode ser uma imensa ajuda para os formuladores de políticas e planejadores. Em Bangladesh, o ministério governamental encarregado de desenvolver um Plano Nacional de

Christine Norton/UNICEF/2002



Ação contra o Abuso Sexual e a Exploração de Crianças começou consultando as crianças para saber quais eram os grupos afetados, como as crianças envolvidas em trabalho sexual, meninas que eram traficadas e as crianças vulneráveis a abuso. O relatório das crianças revelou que policiais, magistrados e outros funcionários públicos tinham envolvimento com o tráfico. A maioria das recomendações das crianças foi incluída no Plano Nacional de 2002, e uma 'força-tarefa infantil' está sendo criada como parte do acompanhamento e da implementação do Plano.<sup>57</sup>

Tentativas coletivas de reunir, avaliar e analisar esforços de participação infantil estão surgindo em países e regiões em todas as partes do mundo, e, cada vez mais, no nível internacional. Um desses fóruns é a Aliança Crianças como Parceiras (Children as Partners Alliance – CAPA), uma coalizão de ONGs nacionais e internacionais que trabalham com crianças, que recentemente realizou um encontro com representantes do Comitê sobre os Direitos da Criança, do Governo do Canadá, de diversas organizações de jovens e pesquisadores. Os objetivos do CAPA são aprender a partir de experiências de trabalhos com "parceria com jovens em todas as partes do mundo" e criar um banco de dados acessível sobre essas experiências. Entre suas metas estão o estabelecimento de padrões de práticas para programação, pesquisa, diálogo sobre políticas e advocacia, para envolver advocacia de alto nível no cumprimento do direito da criança a participar em decisões que afetam sua vida, e para apoiar o desenvolvimento de organizações conduzidas por crianças e de pesquisa participativa realizada por crianças e jovens.<sup>58</sup>

## Adultos que ouvem a criança

Esses exemplos demonstram não só que vale a pena consultar as crianças, mas também que é preciso que haja uma mudança na forma de pensar e na abordagem dos adultos, para que seja possível aumentar sua capacidade de ouvir e com-

preender as crianças e os adolescentes, e para incluir as crianças e os adolescentes em discussões 'sérias'.

Embora para a maioria dos adultos trabalhar em colaboração com as crianças não seja uma atitude natural, muitos deles foram convencidos do valor dessa colaboração, seja por meio de campanhas de educação pública, seja por meio de treinamento mais específico. As pessoas que vivem e trabalham mais ligadas às crianças – pais, professores, recreacionistas – freqüentemente são as primeiras a mudar seu modo de pensar. Mas essa mudança de atitude acontece também com outros adultos que tradicionalmente se supõe que tenham pouco contato com crianças, como agentes de saúde e planejadores municipais.

Cada vez mais, grupos de adultos vêm-se esforçando para 'normalizar' suas percepções com relação às crianças e aos adolescentes, assim como as conexões que mantêm com eles. Países com conhecimentos e tradições tão distintos como Jamaica e Mongólia foram elogiados pelo Comitê sobre os Direitos da Criança pela maneira como, por meio de oficinas de treinamento, conseguiram melhorar as habilidades de pais e professores, consultores jurídicos e advogados no sentido de estimular o direito de expressão da criança.

Nos Estados Unidos, o Conselho da Vida Infantil (Child Life Council) reúne profissionais da área de cuidados de saúde que estão comprometidos com a redução do estresse e do trauma aos quais a criança está exposta em clínicas e hospitais. O que é único no trabalho do Conselho é a existência de um sistema rigoroso de avaliação e qualificação de profissionais de saúde para trabalhar melhor com a criança. A filosofia e a prática do Conselho têm um fundamento básico: conectar-se com a criança e ouvir suas opiniões não são 'brincadeira de criança', mas sim um atributo essencial que requer estudo e qualificação das pessoas responsáveis no desempenho de suas funções.<sup>59</sup>

Um exemplo de como é possível promover a requalificação de adultos é um programa realizado em Calcutá, na Índia, onde uma Iniciativa Polícia Amiga da Criança, implantada desde 1998, já envolveu até hoje 42 delegacias de polícia da cidade. Os policiais freqüentam cursos destinados a sensibilizá-los com relação aos direitos de crianças desfavorecidas e jovens infratores, e a desenvolver ligações com serviços de proteção e de bem-estar social. Com o apoio do Rotary Internacional, a polícia 'hospeda' clínicas de saúde em suas delegacias nas manhãs de domingo.<sup>60</sup> Uma iniciativa semelhante, apoiada pelo UNICEF, foi desenvolvida com sucesso da cidade de Bangalore, no sul da Índia. Neste caso, polícia e crianças de rua reúnem-se em sessões de treinamento onde são abordadas questões de direitos da criança e formas de enfrentar situações difíceis. Até hoje, 1.700 policiais já foram treinados, e cinco delegacias de polícia já receberam o certificado de 'amiga da criança'. "Eu tento não tratar a criança como um criminoso", afirmou um dos policiais. "Nós temos que entender o que levou a criança para atividades ilegais."<sup>61</sup>

Em El Salvador, o projeto das Defensorias de Direitos Humanos da Infância e da Adolescência, iniciado pelo UNICEF em 1995 e apoiado por Rädä Barnen, da Suécia, e pelo Save the Children, do Reino Unido, adotou como meta a transformação da cultura de 'nenhum direito' infiltrada nas relações familiares, interpessoais e institucionais. Como parte das Defensorias, uma Rede de Jovens reuniu-se com o Ministro da Educação pela primeira vez na história de El Salvador e elaborou uma proposta para políticas públicas para crianças e jovens que incluía a revogação da política que obrigava meninas grávidas a abandonar a escola. Esta proposta foi levada em consideração no processo de elaboração da Política Nacional sobre Crianças e Adolescentes, sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Família.

Como resultado das Defensorias, as preocupações das crianças e dos adolescentes foram apresen-

## UMA ESTRATÉGIA MUNICIPAL AMIGA DA CRIANÇA

Inclui todos os envolvidos: crianças, ONGs, representantes da sociedade civil e:

- Está enraizada na totalidade da Convenção sobre os Direitos da Criança
- Goza de alta prioridade por parte do governo
- Está integrada em outros planos locais e nacionais
- Adota um processo de implementação descentralizado
- Inclui prioridades e metas mensuráveis em prazos determinados
- Atinge todas as crianças
- É amplamente disseminada
- É acompanhada e avaliada regularmente

Fonte: Riggio, E., 'Child Friendly Cities: Good governance in the best interest of the child', *Environment & Urbanization*, vol. 14, n° 2, outubro de 2002.

tadas em prefeituras, e os prefeitos envolveram-se nas questões relativas à criança e ao adolescente, dando prioridade a seus direitos em suas decisões orçamentárias. Esta prioridade refletiu-se na construção de parques, campos, conjuntos esportivos, bibliotecas, pontes, manutenção da infra-estrutura de centros educacionais, estradas, fornecimento de água limpa, reflorestamento e proteção ambiental, e maior segurança policial, entre outras providências. Em inúmeras instâncias, membros da Polícia Civil Nacional também modificaram suas atitudes com relação aos adolescentes na comunidade. E mais importante, pais e professores reavaliaram seus procedimentos corretivos com relação a seus filhos e seus alunos, e caiu o número de relatos sobre maus-tratos.

## Cidades que 'ouvem' a criança

A iniciativa Cidades Amigas da Criança, uma tentativa dos adultos de criar espaços urbanos que favoreçam a participação infantil, é uma idéia cada vez mais atual. Em diversas cidades em todas as partes do mundo, aumenta o número de autoridades e planejadores que se esforçam para implementar os direitos da criança no nível local – onde as crianças vivem e podem fazer diferença – e para tornar os ambientes urbanos mais saudáveis para as crianças<sup>62</sup> (ver quadro 'Uma estratégia municipal amiga da criança', pág. 47). Cerca de um bilhão de crianças vivem em cidades – quase 50% de todas as crianças do mundo – e pelo menos 80% delas vivem na África, na Ásia e na América Latina. Nos países em desenvolvimento, é comum que entre um terço e 50% da população urbana vivam abaixo da linha da pobreza, e muitas pessoas dessa população moram em habitações construídas ilegalmente, com acesso limitado a água limpa e saneamento adequado.<sup>63</sup>

A iniciativa Prefeitos como Defensores da Criança foi lançada em 1992 como um meio de envolver líderes municipais no esforço pelo cumprimento dos direitos da criança. A iniciativa reconheceu o fato de que, em todas as partes do mundo, a descentralização está transferindo para autoridades locais responsabilidade cada vez maior pelos serviços básicos. Esse fato não só dá às autoridades locais maior poder para fazer diferença na vida e no ambiente da criança, como também torna mais viáveis a consulta e a participação dos jovens no nível nacional. Essa condição tornou-se ainda mais vital a partir da segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, que enfatizou que o bem-estar da criança é o principal indicador de uma sociedade saudável.

Na Itália, o Ministro do Meio Ambiente coordena as iniciativas Cidades Amigas da Criança, e cerca

de 200 cidades aderiram ao movimento em 2001. Novas idéias são compartilhadas em encontros anuais, e são concedidos prêmios às cidades com o melhor desempenho em diversas categorias, como, por exemplo, planejamento urbano centrado na criança.<sup>64</sup> Nas Filipinas, o movimento também tem dimensão nacional, implementado por meio de programas orientados para metas de promoção dos princípios de direitos da criança em todos os níveis, desde a família, envolvendo o barangay (o bairro) e alcançando a cidade ou a região.<sup>65</sup> Ao mesmo tempo, a Ucrânia desenvolve um vigoroso movimento 'prefeitos pelos direitos da criança', que em 2000 levou os prefeitos de 35 cidades do país a envolver as crianças no trabalho de planejamento, projeto, implementação e avaliação de políticas que afetam sua saúde, seu desenvolvimento e sua proteção.<sup>66</sup>

Em Calcutá, na Índia, um programa de ação municipal reúne as principais agências comprometidas com a proteção e o fornecimento de serviços básicos para crianças urbanas desfavorecidas – inclusive as que trabalham ou não têm moradia. Um levantamento ambicioso identificou cada criança que está fora da escola. Uma vez que não há escolas suficientes para todas as crianças, a cidade está criando 700 centros de educação primária, que serão gerenciados por jovens especialmente treinados como 'professores descalços'.<sup>67</sup>

Mesmo em locais de conflito, como os Territórios Palestinos, há exemplos de iniciativas Cidades Amigas da Criança. Foram criados 15 Centros de Atividade Infantil para promover a participação da comunidade na implementação dos direitos da criança. Os Centros focalizam as crianças pequenas, principalmente as meninas e as que precisam de proteção especial, mas os adolescentes também são envolvidos e recebem treinamento para que possam colaborar no trabalho dos Centros.<sup>68</sup>

**"Ouçam as crianças e garantam sua participação: crianças e adolescentes são cidadãos com potencial, capazes de ajudar a construir um futuro melhor para todos. Devemos respeitar seu direito de se expressar e de participar em todas as questões que os afetam, de acordo com sua idade e sua maturidade."**